

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# KARARA: DA ETNOGRAFIA À DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

Carmem Anon Brasolin

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562>

Submetido em: 2025-10-07

Postado em: 2025-12-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **KARARA: DA ETNOGRAFIA À DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA**

### **KARARA: FROM ETHNOGRAPY TO LINGUISTIC DOCUMENTATION**

#### **Tipo de Contribuição**

Relato de Experiência

**Carmen Añon Brasolin<sup>1</sup>**

**RESUMO:** Este artigo apresenta os primeiros passos da documentação audiovisual da língua karara, que permitiu sua recente identificação como parte da família linguística Aruak, subgrupo Pidjana. Os Karara habitavam o norte amazônico até o contato forçado e o rapto de uma família por sertanistas do Serviço de Proteção ao Índio em 1962, que ocasionou na interrupção do contato dos sobreviventes do contato com os demais membros de sua aldeia, no rio Carará, afluente do Jatapu, no estado do Amazonas. A partir da pesquisa etnográfica e documental, o artigo reúne o que se sabe sobre a língua karara e suas últimas duas falantes fluentes, para então narrar o modo como uma pesquisa iniciada na antropologia se aliou à documentação linguística. Ao final, resumo os primeiros dados da língua levantados por meio de transcrições fonéticas de elicitacoes gravadas em 2024 e as expectativas para a construção do acervo da língua karara no Endangered Languages Archive, com apoio do Endangered Languages Documentation Programme.

**PALAVRAS-CHAVE:** Documentação linguística; línguas ameaçadas; etnologia; línguas indígenas; línguas amazônicas.

**ABSTRACT:** This article presents the first steps in the audiovisual documentation of the Karara language, which has enabled its recent identification as part of the Arawak language family, Pidjana subgroup. The Karara inhabited the northern Amazon until forced contact and the abduction of a family by Indian Protection Service agents in 1962, which resulted in the survivors losing contact with the other members of their village on the Carará River, a tributary of the Jatapu River in the state of Amazonas. Drawing on ethnographic and documentary research, the article compiles what is known about the Karara language and its speakers, before describing how research originating in anthropology was combined with linguistic documentation. Finally, the article summarises the initial data from the phonetic transcriptions of the Karara language carried out during the first fieldwork and outlines the plans for constructing the Karara language collection in the Endangered Languages Archive with the support of the Endangered Languages Documentation Programme.

**KEYWORDS:** Linguistic documentation; endangered languages; ethnology; indigenous languages; Amazonian languages.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Campinas, [carmembrasolin@gmail.com](mailto:carmembrasolin@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0002-0116-766>.

**RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS:** Este artigo apresenta os primeiros passos da documentação audiovisual da língua karara, da família linguística Aruak, a partir de entrevistas com E sese, uma de suas últimas falantes. Os Karara, como ficaram conhecidos, habitavam o norte amazônico até este contato forçado em 1962, que resultou na interrupção do contato com os demais membros de sua aldeia, no rio Carará, afluente do Jatapu, no estado do Amazonas. A partir da pesquisa etnográfica e documental, o artigo reúne o que se sabe sobre a língua karara e seus falantes, para então narrar o modo como uma pesquisa iniciada na antropologia se aliou à documentação linguística em seus métodos e objetivos. Ao final resumo os primeiros dados da língua levantados por meio de transcrições fonéticas de elicitções gravadas em 2024 e as expectativas para a construção do acervo da língua karara no Endangered Languages Archive, com apoio do Endangered Languages Documentation Programme.

## Abertura

O ano é 1962 e o rio é o Carará, um corpo d'água afluente do rio Jatapu no norte amazônico. Os *karaiwa* subindo o rio – termo para se referir aos não-indígenas – são sertanistas do Serviço de Proteção ao Índio, órgão do Estado brasileiro. Embarcada com seus raptos, uma mulher os acompanha para indicar o local exato da aldeia onde morava até pouco tempo antes. Saiu da aldeia à força, levada por balateiros que exploravam a mata em busca de borracha e madeira. Nesta nova incursão, os sertanistas armam uma emboscada: espalham malhadeiras no caminho que ligam as roças à aldeia e assustam seus moradores com o barulho do motor, para que corram. Em fuga, seis indígenas são capturados na emboscada, amarrados à embarcação e levados à força até o Posto Indígena Santa Maria, no rio Jatapu. As pessoas raptadas são da mesma família: Takawosà, Ay'e, Onyeonye, Yteso, Kay'e e E sese. O rio Carará, nomeado em razão da abundância da ave biguatinga na região, passou também a nomear os indígenas que ali mantinham suas aldeias. Desde este fatídico contato forçado, não há registro de outro encontro com os Karara.

E sese narrou esta história como se uma cena de filme se desenrolasse a cada frase. Contou-a em sua língua materna em uma das entrevistas que agora compõem o acervo de documentação audiovisual da língua karara.<sup>2</sup> É sua história de vida. Takawosà, sua mãe, a carregava no colo no momento da emboscada, por isso não pôde se desvencilhar das tramas da malhadeira e correr, como fizeram os outros moradores da aldeia. Com elas, seu pai, seu avô, seu irmão e sua irmã também foram raptados, hoje falecidos. E sese é a única sobrevivente desta emboscada. Aprendeu a língua materna com o pai e a transmitiu à sua única filha. E sese

---

<sup>2</sup> Acervo elaborado por Carmen Brasolin e André Sanches contendo as gravações de áudio e vídeo com entrevistas à E sese realizadas em fevereiro de 2024. Documenting the Karara language, acessível em: <https://www.elararchive.org/dk0801>, acesso em 20 de setembro de 2025.

considera ela e sua filha as falantes fluentes da língua karara e falantes passivos sua irmã, nascida após o rapto de sua família, e seu neto, falantes passivos. Estes são os últimos falantes conhecidos de uma língua que, até sua recente documentação, permanecia desconhecida nos estudos acadêmicos. Para os próprios falantes de karara, que viveram em aldeias de língua Karib, a língua era uma incógnita, pois nunca conheceram outras pessoas que a falavam. Segundo Esese, seus outros parentes – com quem perdeu o contato em 1962 – todavia vivem isolados no alto dos igarapés, onde se esconderam após evitar a emboscada dos sertanistas. Por esta razão, costuma dizer que pode haver outros falantes da língua karara. Em uma região repleta de indícios de indígenas em isolamento voluntário e um mosaico de áreas protegidas, esta ressalva não é trivial.<sup>3</sup> Na memória do pai de Esese, não havia uma palavra para designar o coletivo de pessoas que habitavam suas aldeias, de modo que Karara é um etnônimo alheio. Esese investigou a vida toda a língua herdada de seus familiares, falada por um povo sobre o qual quase nada se sabe hoje em dia. Por dominar quatro idiomas – karara, português, hexkaryana, wai wai – fez suas próprias comparações. Ao longo dos anos e das itinerâncias entre aldeias, rios e cidades, notou a ausência de semelhanças entre sua língua e as línguas da família linguística Karib, predominante na região. Em suas viagens a Parintins e Manaus, colocava sua atenção nas línguas indígenas faladas nas Casas de Apoio à Saúde Indígena, sem encontrar, no entanto, uma prosódia ou uma palavra similar. A língua que lhe foi transmitida é o único elo atual com a história que precede seu rapto quando criança.

Hoje Esese mora na aldeia Santa Maria (Kahxe), onde se fala principalmente a língua hexkaryana. Esta aldeia foi refundada no mesmo local onde funcionou a base de apoio do Posto Indígena do Serviço de Proteção ao Índio de 1942 a 1977, para onde Esese e seus familiares foram levados. Os atuais moradores conhecem a história dos Karara e reconhecem a aldeia como território dos *kararayana*, sufixo empregado por povos Karib do norte amazônico para designar um coletivo, como um povo indígena. As entrevistas iniciais com Esese eram parte da pesquisa antropológica sobre a ocupação indígena no interflúvio do rio Jatapu com o rio Nhamundá e Carará e o retorno às suas terras após décadas de seu deslocamento forçado.<sup>4</sup> Conduzi esta investigação por meio de uma parceria com a Associação Aymara, representante dos povos indígenas do rio Jatapu, e o antropólogo André Sanches. A princípio, não contemplávamos a documentação linguística do karara. A partir dos relatos que abrem este

---

<sup>3</sup> Na Funai, os estudos e expedições para qualificar as informações na região do Jatapu foram divididos em dois registros: o registro nº 77, dedicado ao alto Jatapu; o registro nº 121, dedicado ao médio e baixo Jatapu. Todos os estudos sobre indígenas em isolamento voluntário na região estão em fase de qualificação.

<sup>4</sup> Esta pesquisa resultou na dissertação sobre o tema (Brasolin, 2024).

artigo, vimos a necessidade de registrar um vocabulário básico por meio da elicitación da língua como forma de dar continuidade à investigação. A curiosidade sobre sua língua pareceu a Esese uma boa oportunidade de seguir fazendo algo que fez durante toda a vida: comparar sua língua materna a outras línguas indígenas. Isto me levou à decisão de aliar o que então era uma pesquisa antropológica de cunho etnográfico ao trabalho de documentação linguística do karara. Assim, as entrevistas com Esese passaram a integrar o acervo de documentação audiovisual da língua karara, abrigado no Endangered Languages Archive<sup>5</sup>.

O acervo está apenas em seu início e acaba de ser contemplado com uma bolsa para a documentação emergencial da língua karara, financiado pelo Endangered Languages Documentation Programme.<sup>6</sup> O foco da documentação do karara é realizar gravações com múltiplos propósitos, contribuindo para a história indígena, o registro de narrativas antigas, conhecimento sobre as localidades da região entre o rio Jatapu e o Carará a reunião de dados suficientes para sua identificação e descrição do karara e, sobretudo, o envolvimento da comunidade falante e não-falante no processo. A hipótese inicial levantada durante a pesquisa de mestrado foi o pertencimento da língua karara à família Aruak, devido à presença histórica na região. A disponibilização dos registros em acervo online e público em 2024 permitiu a análise de Carvalho e Nikulin (2025), que, com base nas sessões de elicitación presentes no acervo, identificou o pertencimento da língua karara à família linguística Aruak, subgrupo Pidjana.<sup>7</sup>

Neste artigo narro os primeiros passos da documentação audiovisual da língua karara e o que se espera ao aliar a pesquisa antropológica à documentação linguística. Para isto, dou as primeiras notícias sobre a investigação da língua, cultura e história do povo Karara. Apresento o contexto do contato forçado e do trabalho compulsório de indígenas como política indigenista histórica e como prática do Serviço de Proteção ao Índio, para situar os relatos sobre o contato com os falantes da língua karara e a interrupção geracional de transmissão da língua. Conto, em sequência, o sentido de documentar uma língua com duas falantes fluentes conhecidas, seguindo suas próprias intenções de driblar o apagamento histórico que lhes foi imposto. Como um primeiro texto de apresentação da pesquisa, trata-se sobretudo de levantar as questões que irão atravessar a documentação audiovisual de uma língua de falantes idosos e transmissão

---

<sup>5</sup> Documenting the Karara language, acessível em: <https://www.elararchive.org/dk0801>, acesso em 20 de setembro de 2025.

<sup>6</sup> O acervo receberá atualizações com gravações e transcrições da língua com base em novas elicitaciones e no método BOLD (Basic Oral Language Documentation).

<sup>7</sup> Carvalho e Nikulin, 2025.

intergeracional interrompida, cujo futuro como uma língua falada é incerto. Embora inéditos e inestimáveis, os registros audiovisuais registrados durante a pesquisa suscitaram algumas questões. A primeira delas sobre como alinhar este registro às intenções de Esese: investigar sua língua materna e o que se sabe sobre os indígenas que ocuparam o rio Carará até os anos 1960. A segunda delas é sobre qual destino dar ao registro audiovisual para que esteja disponível para a comunidade falante e para outros pesquisadores. Para além do valor histórico e, pode-se dizer, científico, a questão que surge é por que e como documentá-la. A proposta é incentivar novas alianças metodológicas entre antropologia e documentação linguística, e reflexões sobre o envolvimento da comunidade falante e não falante da língua karara neste processo.

## 1. O contato com os Karara

Alguns anos antes da cena narrada no parágrafo de abertura, o primeiro registro escrito de um encontro com indígenas no rio Carará (também chamado Cidade Velha) foi publicado por Protásio Frikel, célebre etnógrafo da região das Guianas (Frikel, 1958). O relato de seu informante dizia de “índios andando inteiramente nus” e armados com bordunas que se recusaram a aceitar dos *karaiwa* os terçados deixados como tentativa de apaziguar um conflito. Os balateiros<sup>8</sup> se aproximaram de suas roças ao descer o rio e delas pegaram alimentos. Foram surpreendidos por estes indígenas que depois nomearam de Karara. É provável que, pouco tempo após este contato, alguns balateiros regressaram e raptaram a mulher karara que eventualmente guiou os sertanistas até a aldeia karara para o rapto da família de Esese. Logo a notícia de indígenas vivendo em isolamento chegou aos sertanistas então trabalhando no Posto Indígena Santa Maria, que, na realidade, funcionava como subposto do Posto Indígena de Atração Jatapu, fundado em 1942.

O subposto Santa Maria, para onde Esese foi levada com sua família, era localizado onde hoje fica a aldeia Kahxe. Lá foram obrigados a permanecer e trabalhar nos empreendimentos do chefe do Posto Indígena. O trabalho forçado, em moldes não-indígenas de cultivo e extração, também envolvia maus tratos corriqueiros. Esese lembra-se que sua família não se adaptou aos costumes dos *karaiwa* – em especial ao trabalho compulsório e à comida. A alimentação principal dos Karara era carne de jabuti e *menekàra*, beiju com castanha-do-pará.

---

<sup>8</sup> Termo que se refere aos extrativistas de seiva da borracha.

Comer a comida dos brancos lhes era custoso e, para seus pais e avô, aprender o português também o era. A inadequação da família capturada era tamanha que, um ano após sua captura e acompanhados por sertanistas, a família de Esese regressou às aldeias no rio Carará. Permaneceram algum tempo à procura dos parentes dos quais haviam se separado na emboscada, aguardando-os nas antigas malocas, que já estavam abandonadas. Neste período, Ay'e e Takawosà, seu avô e sua mãe, contraíram malária e faleceram. Em seguida, Onyeonye, seu pai, decidiu regressar ao subposto em Santa Maria com os filhos. Voltaram algumas vezes depois ao mesmo local, sem nunca encontrar seus parentes. Em Santa Maria Esese teve sua única filha, após ser violentada por um *karaiwa* que trabalhava para o Serviço de Proteção ao Índio. O mesmo ocorreu à Yteso, irmã de Esese, que faleceu em seguida. Após este episódio, ela conta, não quis saber de se casar. Viveu a juventude solteira.

Ao redor do Posto Indígena Jatapu moravam algumas famílias dos Okoymoyana, Xowyana e Kamarayana, contactados por sertanistas desde 1942. Na década de 1960, missionários wai wai vindos da Guiana chegaram ao rio Jatapu para convidá-los a viver na missão em Kanashen, no rio Essequibo.<sup>9</sup> Alguns abandonaram a região já nesta época. Ao final dos anos 1970, no entanto, o quase abandono do Posto e os maus tratos aos indígenas já havia ensejado a dispersão da população indígena para aldeias mais distantes, à montante. Neste tempo, as invasões dos não-indígenas no rio Jatapu aumentaram e a convivência do Serviço de Proteção ao Índio os deixaram ainda mais vulneráveis à malária e aos conflitos diretos. Em 1977 o Posto Indígena Jatapu e o subposto Santa Maria são oficialmente fechados em meio ao crescente interesse de exploração hidromineral daquele rio. As famílias que permaneciam nas aldeias da região foram instruídas por Raimundo Nonato Corrêa, então chefe do Posto Indígena Nhamundá, a abandoná-las e se mudarem para a missão em Kassawá, no rio Nhamundá, no Pará. Progressivamente, a maioria das famílias se mudou para a aldeia Mapuera, no rio Mapuera, e para Kassawá, no rio Nhamundá, fundada em 1959 pelo Summer Institute of Linguistics. Nesta missão foram evangelizados por seu fundador, Desmond Derbyshire que, além de traduzir a bíblia para a língua hexkaryana, proibiu a pajelança, as narrativas dos antigos e outras práticas consideradas pagãs. A vida na missão também levou à repressão do uso dos diferentes etnônimos carregados por famílias que vinham de diferentes aldeias e à adoção única

---

<sup>9</sup> Para um estudo sobre a evangelização dos povos do rio Essequibo e a formação dos Wai Wai, ver Howard (2001).

do etnônimo hexkaryana por décadas, que hoje é contestada nas retomadas dos territórios do interflúvio Jatapu-Nhamundá.<sup>10</sup>

Esese e sua família se recusaram a abandonar a região na mesma época do fechamento do subposto em Santa Maria. Por anos viveram entre o antigo subposto Santa Maria e as malocas abandonadas no rio Carará. Esese costuma repetir que ela e sua família nunca se acostumaram fora das aldeias de onde foram retirados. Em 1982, Candinho Kayewerye, então *tuxawa* de Kassawá, viajou até Santa Maria para buscar Esese e sua família. Os próprios sertanistas do Serviço de Proteção ao Índio informaram-no de que ainda havia uma família morando no rio Jatapu. Quando chegou à aldeia missionária de Kassawá, Esese não aceitou de imediato a conversão ao cristianismo, que vinha com a censura aos costumes que tinha desde pequena, como dançar e cantar. Outra dificuldade foi aprender as línguas mais faladas na missão, o hexkaryana e o wai wai. Seu pai se casou novamente, contudo, não ensinou a língua karara aos filhos que até hoje vivem em Kassawá. O irmão de Esese casou-se com uma não-indígena e mudou-se para a cidade. Ambos, no entanto, faleceram jovens, deixando Esese para contar esta história dos Karara. Mesmo após décadas vivendo fora da região onde cresceu, Esese diz que retornar ao Jatapu era sua vontade antiga, por nunca ter se acostumado a viver fora de lá. Voltou a morar na aldeia Kahxe (Santa Maria), o local onde cresceu, logo após a retomada dos territórios do rio Jatapu pelos Okoymoyana e Xowyana em 2003. Sua irmã, filha, netos e bisnetos mudaram-se para a cidade mais próxima da aldeia, a cerca de doze horas de barco. Todos os descendentes de Esese receberam nomes Karara dados por ela, de modo que seus netos levam a alcunha de seu pai, mãe, avô e irmãos.

A história dos Karara não é incomum para quem se familiariza com os relatos de contato forçado entre indígenas e não indígenas, em especial durante a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (1910 a 1967). A regra era forçar o contato com populações indígenas e assimilá-las à sociedade nacional. Operando sob a lógica de integração e de tutela dos indígenas, ao Serviço de Proteção ao Índio cabia atrair os povos sem contato, 'descê-los' de suas terras e reuni-los ao redor de um posto no qual trabalhavam para os sertanistas. Na prática, tratava-se de facilitar a expropriação de seus territórios ao provocar seu abandono, de implementar um regime de trabalho compulsório e abandono de seus costumes tradicionais, desde o modo de cultivo da

---

<sup>10</sup> A vida na missão em Kassawá é lembrada por moradores das atuais aldeias do Jatapu, Kahxe e Kumunyarà, como um período em que se viram impedidos de retornar aos territórios de seus pais, mães e avós, e de contar as histórias das antigas aldeias da região onde surgiram seus etnônimos, Okoymoyana, Kamarayana, Xowyana e Karara (Brasolin, 2024).

terra às línguas faladas. Em teoria, o descimento dos indígenas ao Posto Indígena de Atração deveria operar por convencimento. Este foi o processo de atração empregado no Posto Indígena Jatapu, ainda que o maior fator de convencimento para saírem de suas aldeias tenha sido as doenças trazidas pelos sertanistas, que provocaram a morte de aldeias inteiras. No contato com os Karara, como vimos, o Serviço de Proteção ao Índio atuou de modo ainda mais violento, forçando uma emboscada e raptando populações consideradas selvagens.

## **2. Um pouco de história: deslocamentos forçados e trabalho compulsório**

Para compreender o contato forçado entre os sertanistas a serviço do Estado brasileiro e os Karara, vale a pena comentar, *grosso modo*, o fio histórico da atuação indigenista que liga as ações do Serviço de Proteção ao Índio às práticas de colonização dos povos indígenas no Brasil. Uma boa maneira de abordar este assunto é lembrar os estudos, como o de Perrone-Moisés, 1993; 2021), que apontam os interesses expressos nas leis indigenistas dos primeiros séculos de colonização: tratava-se, sobretudo, de organizar a mão-de-obra indígena e seu uso por colonos, principal interesse da Coroa Portuguesa à época. Tais leis orientavam os colonos a promoverem o contato com indígenas, persuadi-los a “descer” de suas terras para habitar os aldeamentos e trabalhar nas terras dos colonos em empreendimentos a favor da Coroa. Neste processo, implementava-se o projeto de civilizar os indígenas, ou seja, torná-los colonos sujeitos às leis régias, por meio do trabalho, da cristianização, da língua e dos costumes europeus. As mesmas leis reconheciam o direito dos indígenas sobre as terras que habitavam, mas, até o século XIX as terras interessavam menos que o trabalho indígena à Coroa (Carneiro da Cunha, 1994). O esvaziamento das terras facilitou sua expropriação imediata ou posterior. Já o aldeamento e a captura das populações que as habitavam visavam garantir mão de obra para colonos e missionários. Os descimentos e o uso do trabalho indígena foram projetos realizados lado a lado por colonos ou missionários e, embora o histórico de expropriação de terras, imediata ou posterior ao contato (que até hoje se arrasta) seja de maior conhecimento geral, o trabalho indígena, escravizado ou compulsório, é menos conhecido. As leis indigenistas coloniais ampararam o caráter compulsório do trabalho indígena nos aldeamentos e nas terras de particulares e diversas hipóteses legais de escravidão indígena. A hipótese que mais perdurou amparada foi a chamada “guerra justa”, na qual indígenas tomados como prisioneiros de guerra indígenas por sua alegada hostilidade aos colonos poderiam se tornar legalmente escravos. Ilegalmente, no entanto, os colonos abusaram de situações para explorarem ilegalmente a

escravidão indígenas.<sup>11</sup> Embora algumas leis coloniais tenham explicitamente abolido a escravidão indígena (como o Diretório Pombalino de 1755), tacitamente ou por revogação posterior, algumas hipóteses de escravidão legal persistiram. É relevante mencionar que o Brasil viveu este processo com imensas disparidades regionais. Mesmo com o declínio de sua legalidade após o Diretório Pombalino, a escravidão ilegal encontrou seu auge no Maranhão e Grão-Pará durante o século XVIII (Perrone-Moisés; Brasolin, 2025)<sup>12</sup>.

Para os fins deste artigo, essa rápida retomada histórica busca visibilizar alguns aspectos do trabalho compulsório e escravo de povos indígenas que deixaram suas marcas no contato das populações indígenas com os não-indígenas. Pode-se afirmar que a herança das primeiras leis indigenistas permaneceu nas políticas indigenistas nos séculos XIX e XX. Mesmo após revogação das hipóteses legais de escravidão indígena, pode-se facilmente argumentar que a realidade do trabalho indígena compulsório não se distanciou dos tratamentos anteriores. Dando um salto no tempo, a criação de um órgão indigenista em 1910 deixa ainda mais explícita a lógica do trabalho compulsório em moldes europeus como estratégia de integração dos indígenas à sociedade nacional. Seu nome é Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais, órgão responsável por capturar os Karara em 1962. Seus crimes contra as populações indígenas, entre eles os maus tratos e trabalhos forçados, foram denunciados no Relatório Figueiredo, em 1967, motivou sua extinção e a criação da Fundação Nacional do Índio.

O aspecto do trabalho compulsório indígena também marca a história de contato com os Karara, cerca de 60 anos atrás, embora jamais tenha figurado neste relatório ou em qualquer outro. A atuação de missionários e sertanistas indica que esta é uma faceta decisiva em todos os relatos dos primeiros contatos entre indígenas e não-indígenas na região. Nas missões o aspecto compulsório do trabalho indígena era tão presente quanto nos aldeamentos. Os relatos contam que indígenas sofriam maus tratos e ameaças, pivô de conflitos com padres e do assassinato de missionários nas margens do rio Nhamundá no século XIX (Porro, 2008). Outro dado, da época de atuação do Serviço de Proteção ao Índio, é sobre Raimundo Nonato Corrêa, o chefe do Posto Indígena Nhamundá, o mesmo que orientou as famílias do Jatapu a abandonarem suas aldeias naquela região. Nonato Corrêa foi afastado do cargo de delegado da 10ª Região da Funai de Boa Vista após responder ao inquérito que o acusava de engravidar uma

---

<sup>11</sup> A dissertação de Ribeiro (2019) aborda este tema na Amazônia no século XIX por meio de litígios movidos por indígenas pleiteando juridicamente a própria liberdade ou a de algum parente, como foi o caso de Maria da Conceição que alegou não ter sido capturada em “guerra justa”, hipótese legal para a escravidão indígena.

<sup>12</sup> Aqui recupero apenas parte dos argumentos levantados no artigo de revisão sobre a escravidão indígena no período colonial expostos em Perrone-Moisés & Brasolin (2025).

indígena menor de idade e manter uma mulher hexkaryana como empregada doméstica sem remuneração (Silva, 2023). Relatos como este não cessaram: em 2022 o caso de uma empresa de turismo de pesca usando o trabalho sem remuneração de indígenas nas aldeias do rio Jatapu foi denunciado ao Ministério Público Federal do Amazonas.<sup>13</sup> Estas histórias estão mais próximas do que se costuma imaginar.

Os relatos de E sese contam, sob outra perspectiva, uma parte da história da política indigenista brasileira, em especial o longo capítulo sobre o genocídio dos povos indígenas. Isto não os impede de marcar uma exceção neste quadro geral. A exceção reside precisamente em ouvirmos esta narrativa em primeira pessoa. E sese ainda está aqui para contar suas histórias e a história dos Karara. São relatos ausentes dos registros oficiais embora perdurem na transmissão oral. Integram um quadro maior das histórias de contato do Estado brasileiro com os povos indígenas, pouco documentado do ponto de vista dos próprios contactados. Para a própria E sese, sua história se manteve parcialmente oculta durante a infância. Soube da captura da sua família apenas mais velha, quando já vivia no Posto Indígena em Santa Maria, onde começam suas memórias. A possibilidade de documentar a história de E sese dialoga diretamente com o direito à memória dos povos indígenas que historicamente ocuparam os rios Carará e Jatapu que, vale dizer, ainda não estão demarcados. Este adendo serve como lembrete para linguistas, antropólogos e outros pesquisadores documentando com pessoas indígenas a possível contribuição de coletar histórias deste teor para a visibilização dos processos de deslocamento forçado, trabalho compulsório e genocídio.

### **3. Documentando a língua Karara**

Aprender sobre o trabalho e deslocamentos forçados dos Karara nos ensina sobre o declínio da língua karara às gerações atuais, que não são fluentes na língua. E sese transmitiu a língua à filha e ao neto mais velho apesar do estigma negativo que lhe foi atribuído enquanto viveu na aldeia missionária de Kassawá. Este estigma parece ter surgido de sua recusa em se casar e por sua origem remeter a povos indígenas possivelmente inimigos dos povos Karib que habitavam a missão. O multilinguismo característico da região não foi reconhecido e não se tornou pauta dos trabalhos de evangelização dos missionários, que suprimiram os aspectos que diferenciavam as populações indígenas reunidas na missão. As gerações de descendentes dos Karara nascidos na missão aprenderam sobretudo a língua hexkaryana e, em alguns casos, o português. Na aldeia Kahxe, os Kararayana são formalmente reconhecidos nas reivindicações

---

<sup>13</sup> Conforme o Inquérito Civil n. 1.13.000.001701/2017-17 no Ministério Público Federal do Amazonas.

de demarcação das terras como parte dos povos indígenas que tradicionalmente ocupam os territórios da região do rio Jatapu, mas não há ainda iniciativas relacionadas à língua karara.

A esta altura fica claro que os propósitos de documentação da língua karara são diversos, como costuma ocorrer em pesquisas deste teor. A documentação inicial e a pesquisa etnográfica permitiram identificar os diversos temas que atravessam a vida das falantes de karara – temas que seguirão guiando a documentação linguística futura. Alguns detalhes sobre os costumes dos antigos karara foram ressaltados por Esese como aspectos que os diferenciam dos povos Karíb com quem ela posteriormente residiu. O adereço masculino que seu avô usava era uma cinta na altura do quadril, traçada com cipó, à diferença da amarração masculina típica dos povos hexkaryana. Outro aspecto notado são as canoas karara, escavadas no próprio tronco da madeira de cauda bastante alongada, com a terminação em bico, incomum entre os Hexkaryana. Ainda assim algumas narrativas dos antigos são comuns aos Karara e aos Okoymoyana e Xowyana do rio Jatapu, como a narrativas de transformação de gente em onça, em cobra-grande e outros predadores.

As três horas de gravação realizadas em 2024 cobrem entrevistas sobre estes costumes dos antigos, autobiografias e a elicitación inicial da língua karara a partir da Lista de Swadesh e da Lista de palavras Museu Emilio Goeldi retirada do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), voltada às línguas amazônicas. Anterior à análise fonológica da língua karara (ver Carvalho & Nikulin), a principal hipótese levantada durante a pesquisa de dissertação (Brasolin, 2024) era o pertencimento da língua karara à família Aruak. Esta consideração levou em conta algumas exceções à predominância de línguas da família Karib nessa porção do norte amazônico. Ao menos cinco línguas dessa família são faladas entre os rios Jatapu, Nhamundá, Trombetas e Mapuera: hexkaryana, wai wai, katxuyana, cikyana e o tiriyo. As exceções pertencem à família Aruaque: wapishana e mawayana. Há ainda uma língua identificada como isolada, o taruma (Carlins & Mans, 2015). De acordo com o que se sabe sobre a história de ocupação indígena da região etnográfica das Guianas, no norte amazônico, povos Aruaque também mantinham aldeias em diversos locais até o século XIX.<sup>14</sup> Embora a família aruaque tenha a maior dispersão territorial entre as línguas indígenas faladas em território brasileiro, sua presença histórica era um dado relevante para iniciar as comparações da língua karara com outras línguas.

---

<sup>14</sup> Informações retiradas de Rodrigues (1875); Farabee (1942) apud Valentino (2019, p. 6)

A classificação recente confirmou esta hipótese do pertencimento à família linguística Aruak por meio da comparação da base de dados com outras línguas do subgrupo Pidjana: mawayana, wapishana, parahoana e aroaqui (estas duas últimas sem falantes vivos conhecidos). As futuras transcrições da língua karara estarão disponíveis no acervo de documentação linguística do Endangered Languages Archive<sup>15</sup>. Ao final do projeto a expectativa é disponibilizar transcrições fonéticas, anotações orais de diálogos e narrativas e organizar um glossário com o vocabulário inicial. Abaixo, alguns exemplos preliminares do léxico transcritos de acordo com o Alfabeto Fonético Internacional (IPA):

Eu	ʔõʔani
Ele	ʔiʔani
Ela	ʔoʔani
Nós	wɛʔani
Quem?	jaʔwa
O quê?	jaua riɛn
Como?	jaʔwa ʔiʔokɛda
Um	aʔwani
Dois	tɛʔtawa
Três	aʔwaʔoʔɛtɛɛki
Quatro	ʔiɛkiʔiɛroʔwa
Cinco (uma mão)	ʔikaʔi haʔoʔoʔiɛi
Grande	ʔitaʔi
Pequeno	ʔoɔɛ
Mulher	ʔitaka
Homem	ʔisaʔoʔa
Gente	ʔihitei

<sup>15</sup> Brasolin, Carmen & André Sanches de Abreu. 2024. *Karara language documentation*. Endangered Languages Archive. Handle: <https://www.elararchive.org/dk0801>.

Animal	w̃aʔisi
Abelha	wɪnʊ
Anta	w̃isahi
Aranha	w̃ɛɾa
Arara vermelha	kaɾiʔwa wisa

A partir dos dados, além da inserção do karara no subgrupo Pidjana da família Aruak, valendo-se dos estudos de Meira (2019), Carvalho&Nikulín sugerem uma maior proximidade da língua karara aos “doculetos” Aroaqui e Parahoana, documentados por Johan Natterer entre 1817 e 1835. Ao final do projeto a expectativa é disponibilizar transcrições fonéticas, anotações orais de diálogos e narrativas e organizar um glossário com o vocabulário inicial. Dentro deste quadro limitado de falantes da língua, o maior desafio para a documentação será abarcar diferentes eventos comunicativos reunindo as falantes de karara. Outra intenção é criar eventos comunicativos ao visitar diferentes locais ao longo da aldeia Kahxe – a roça, o porto, o cemitério, os pomares antigos, as antigas aldeias, as corredeiras – enfim, marcos da paisagem que se relacionem às memórias de Esese. Assumindo as duas vertentes da pesquisa – documentação linguística e antropologia – os próprios documentos oficiais consultados sobre a história do povo Karara e eventuais produções acadêmicas sobre o assunto serão disponibilizados no mesmo acervo online. Com isto, espera-se divulgar entre mais pessoas e pesquisadores os dados levantados e prosseguir com a pesquisa etnográfica e com o trabalho comparativo de estudo da língua.

### 3. Por que documentar a língua karara?

É necessário reconhecer que, em grande medida, a coleta de dados linguísticos, de informações e artefatos da cultura material e imaterial, ou seja, trabalhos realizados em grande medida por antropólogos, linguistas e outros pesquisadores de campo, estiveram atrelados à ideia de que a extinção destes dados estava próxima, era auto evidente e inevitável. De um lado, o genocídio destes povos, promovidos durante e após a colonização, dava a certeza de que suas línguas e suas culturas desapareceriam em breve. Por outro lado, pesquisadores, etnólogos, colecionadores, linguistas e outros pesquisadores de campo eram financiados para coletar informações sobre a vida de pessoas e culturas “em extinção”. Isto significou uma orientação

para a coleta de dados visando seu valor científico e histórico. Em poucas palavras, pesquisas que não assumiam destarte um compromisso em compartilhar as informações, objetos e estudos realizados. Em sua grande maioria, tais projetos eram realizados à revelia da própria comunidade documentada. Na aldeia missionária onde Esese viveu por décadas, por exemplo, o multilinguismo foi ignorado por linguistas do Summer Institute of Linguistics (SIL) e a pluralidade de etnônimos que carregavam as marcas dos deslocamentos territoriais dos povos indígenas ali reunidos foi reprimida por missionários. É curioso notar precisamente o paradoxo dos falantes de Karara terem convivido tanto tempo com os missionários linguistas: nada foi feito para estudar e documentar uma língua extremamente ameaçada.

O exemplo dos linguistas missionários pode parecer um tanto defasado, mas ainda produz efeitos. A lógica de salvar os dados valiosos para o bem da ciência, mas à despeito dos objetivos da comunidade de onde eles foram extraídos ainda permeia a pesquisa de muitos trabalhos realizados com povos indígenas. Na mesma época do ápice da atuação dos linguistas missionários, outros estudos já aliavam uma documentação linguística à antropologia, negando a lógica extrativista de coleta de dados. Trago o exemplo do linguista afro-americano Lorenzo Dow Turner, autor do livro *Africanisms in the Gullah Dialect* (1949). Atuando entre comunidades afrodescendentes do sul dos Estados Unidos, Turner não se limitou à identificação das mais de trinta línguas africanas que compunham o substrato do dialeto Gullah; sua investigação estendeu-se à esfera das práticas culturais, incluindo registros da culinária, das danças e das expressões musicais que permeavam o cotidiano das populações por ele visitadas.

Um episódio particularmente revelador ocorreu a partir da transcrição de uma canção entoada por Amelia Dawney em 1933. Décadas mais tarde, em 1990, essa mesma canção foi reconhecida como pertencente à língua Mende, falada em Serra Leoa, graças à colaboração entre três pesquisadores que empreenderam um rastreamento minucioso de sua origem. Tal esforço culminou não apenas na identificação da matriz linguística da canção, mas também na localização do vilarejo de onde provinha, bem como dos descendentes da ancestral de Amelia — mulher que, segundo se apurou, fora separada de seus familiares ao ser capturada e levada à força para um navio negreiro. A trajetória de Turner também passou por Salvador, onde em 1940 pesquisou as línguas fon e yorùbá nos cantos de terreiros do candomblé baiano.<sup>16</sup>

Este caso ilustra com clareza como a documentação linguística, quando aliada à pesquisa etnográfica atenta pode operar para além dos objetivos que encerram a linguística em si mesma. A canção, preservada na memória oral, era o elo entre tempos e territórios

---

<sup>16</sup> As gravações de Lorenzo Dow Turner estão abrigadas no Smithsonian Institution Anacostia Community Museum. Ver: <https://libraries.indiana.edu/dow-turner>, Acesso em: 15 outubro de 2025.

abruptamente interrompidos e silenciados na história oficial. A prática da documentação, seja ela linguística ou voltada a outros aspectos de registros etnográficos, não necessariamente se inicia ou se encerra no registro técnico. Ela pode participar da construção da história, da reivindicação da memória e da afirmação territorial dos grupos que a ela se vinculam. Quando realizada com rigor metodológico e sensibilidade etnográfica, tal documentação pode tornar-se um veículo para o reconhecimento do pensamento nativo que a informa e a justifica.

Com o desenvolvimento das abordagens contemporâneas em documentação linguística — notadamente aquelas que visam à produção de registros multifuncionais em acervos de acesso público (Himmelman, 2006) — observa-se uma crescente implicação entre a qualidade dos dados coletados e os fins a que se destinam. Este aprimoramento metodológico não apenas eleva o padrão de registro do uso efetivo da língua, como também abre caminho para que a documentação linguística se articule a objetivos mais amplos, definidos em diálogo com a própria comunidade falante. No caso da língua karara, o processo de documentação não se orienta pela lógica da preservação desvinculada da vida dos falantes, como se os dados pudessem ser salvos independentemente dos sujeitos que os produzem. A última falante fluente da língua não parte dessa premissa. Sua motivação reside na investigação de sua própria trajetória e na reconstrução da história de um povo indígena que resiste ao apagamento histórico por meio da rememoração dos episódios de contato, deslocamento e trabalho compulsório impostos por agentes estatais.

A sistematização proporcionada pela documentação linguística, neste contexto, adquire valor estratégico. Ela permite a constituição de um acervo digital e público, elaborado com o consentimento da comunidade; viabiliza a produção de materiais audiovisuais que podem ser apropriados pelos próprios membros do grupo; assegura a verificabilidade dos dados e fomenta a acessibilidade para que outros pesquisadores e integrantes da comunidade possam contribuir com o processo de pesquisa de forma contínua. As bases da documentação linguística parecem propiciar o mergulho etnográfico e documental que uma pesquisa antropológica exige. Nela, no entanto, a pesquisa e a coleta de dados em campo se voltam ao objetivo da escrita etnográfica e por meio dela a disponibilização de informações que permitam comparações mais amplas. Não há um *modus operandi* para a disponibilização de dados primários — como gravações de vídeo, áudio, registros fotográficos, desenhos, mapas — e eles raramente ficam acessíveis para a própria comunidade. Para algumas pesquisas de campo em antropologia, a aliança com a documentação linguística, ou com a construção de um acervo digital com princípios similares, é uma alternativa estratégica. Ela amplia as possibilidades de retorno do material registrado à comunidade e as metodologias disponíveis para sistematizar dados do campo, facilitando a

preservação dos registros e do compartilhamento dos dados com outros pesquisadores quando há consentimento para tal.

Agora que o leitor está familiarizado com a história de Esese e o que se espera realizar com a documentação da língua karara, convido-o a conhecer o acervo audiovisual e acompanhar suas atualizações.

### **Link para *Preprint***

Link: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562>

### **Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa**

Nenhum roteiro aplicável à pesquisa.

### **Declaração de Disponibilidade de Dados**

Dados disponibilizados no ELAR conforme Plano de Gestão de Dados.

### **Ética**

Processo número 91816425.0.0000.8142 na Plataforma Brasil aguardando apreciação no Comitê de Ética 8142.

### **Fontes de financiamento (se aplicável)**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo número 2025/04101-3.

### **Referências:**

AMAZONAS. Ministério Público Federal. **Inquérito Civil n. 1.13.000.001701/2017-17**. 08 agosto 2017.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970). **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 47, n. 1, p. 45–85, 2004.

BRASOLIN, Carmen Añon. **Contos de ida e volta memórias hexkaryana de retorno ao rio Jatapu**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia, 208 f., 2024.

BRASOLIN, Carmen; André Sanches de Abreu. **Documentation of Karara language. Endangered Languages Archive**. Handle: <http://hdl.handle.net/2196/d8d59872-e0d7-4aea-a492-3d7a77296d6f>. 2024.

CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Trombetas-Mapuera**. Brasília: FUNAI, 2004.

CARVALHO, Fernando; NIKULIN, Andrey. Classificação e descrição preliminar da língua Karara (Aruak). **Cadernos de Etnolinguística**. 2025. [submetido].

CARLIN, Eithne B.; MANS, Jimmy. **Movement through Time in the Southern Guianas: Deconstructing the Amerindian Kaleidoscope**. In: CARLIN, Eithne B.; LÉGLISE, Isabelle; MIGGE, Bettina; FAT, Paul B. Tjon Sie (Eds). **In and out of Suriname: language, mobility and identity**. Leiden; Boston: Brill, p. 76-100, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 121–136, jan. 1994.

DERBYSHIRE, Desmond C. **Textos Hixkaryâna**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 206 p, 1965.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Antropologia Aplicada. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. e192686, 2022. [DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe192686](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe192686). Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/192686>.. Acesso em: 18 set. 2025.

HIMMELMANN, Nikolaus P. Language documentation: what is it and what is it good for? In: GIPPERT, J.; HIMMELMANN, N. P.; MOSEL, U. (Org.). **Essentials of language documentation**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1–30.

HOWARD, Catherine V. Wrought identities: the Waiwai expeditions in search of the “unseen tribes” of Northern Amazonia. Chicago: Univ. of Chicago. 2001.

FRIKEL, Protásio. **Classificações linguístico-etnológicas das tribos indígenas do Pará setentrional e zonas adjacentes**. Revista de Antropologia, São Paulo, n. 6, 1958.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz, org. **Documentos de legislação indigenista colonial: parte 1: 1500-1700**. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, 391 p. 2021.

PERRONE-MOISES, B.; BRASOLIN, C. A. A escravidão Indígena no período colonial: revisão. **Amazônia e História**. Ignacio Berdugo Gómez de la Torre (coord.) Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 41-55, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/OBB0014>. Acesso em: 20 setembro 2025.

PORRO, Antonio. **Notas sobre o antigo povoamento indígena do alto Trombetas e Mapuera**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas. Belém: v.3, n. 3, p. 387 – 397. Set – Dez, 2008.

PRADO, Luma Ribeiro. **Cativos litigantes: demandas indígenas por liberdade na Amazônia portuguesa, 1706-1759.** 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Victor Alcântara. **Relatório Antropológico: Terra Indígena Ararà (AM), Baixo Jatapu, Povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana.** Brasília: Finatec, 225p, 2023a.

VALENTINO, Leonor. **As transformações da pessoa entre os Katwena e os Tunayana dos rios Mapuera e Trombetas.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.